




**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Folha nº 1919  
Processo nº 431.001.156/2016  
Rubrica:   
Matricula: 175835-7

**CONTRATO Nº 30/2016 PARA PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL  
EM GERAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO,  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES,  
IGUALDADE RACIAL E DIREITOS  
HUMANOS E A ROGÉRIO ROSA DE  
OLIVEIRA ME.**

**Processo nº 431.001.156/2016.**

**O DISTRITO FEDERAL**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL/SEBESTMIDH**, com sede na SEPN 515, Bloco A, Lote 01, 4º andar, CEP: 70.770 – 501, nesta Capital, CNPJ nº 04.251.080/0001-09, representada por **ANTONIO GUTENBERG GOMES DE SOUZA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, portador do RG 792.776-SSP/DF e do CPF 358.442.051-20, na qualidade de Secretário de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, com delegação de competência prevista no Decreto nº 36.916, de 26 de novembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 228, de 27/11/2015, pág. 2 e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **ROGÉRIO ROSA DE OLIVEIRA ME**, com sede na Rua 9 Norte, Lote 01, Sala 606, Ed. Atlantis Trade Center, Águas Claras, CEP. 71.908-540, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 13.609.718/0001-21, representada neste ato pelo Senhor (a) **ROGÉRIO ROSA DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 5132565/SPT-GO, CPF nº 019.409.501-04, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Contrato para Prestação de

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à  
Corrupção, no telefone 0800-6449060.*





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

serviço de manutenção predial em geral, de acordo com o Termo de Referência e ata de registro de preço do pregão 13/2015- B ADM QGEx, com fundamento na Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 5.450/2005 e 2.534/98, Portaria Normativa nº 01/MPOG de 06 de agosto de 2002, Instrução Normativa nº 02/MPOG de 30 de abril de 2008, Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993, bem como nas demais legislações que regulam a matéria, no Edital e seus anexos, no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, independentemente de sua transcrição, que por si só fazem parte integrante e complementar deste Instrumento Contratual, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente ajuste se refere à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, dos bens imóveis onde funcionam as Unidades da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, consoante Termo de Referência e Ata de Registro de Preços SRP nº 13/2015-B ADM QGEx e Ofício nº 026/2016 à fl. 1.783.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇOS**

- a. Os preços unitários e totais dos itens que constituem o objeto deste contrato, já incluídas as despesas de frete, impostos, seguro, embalagem e outras decorrentes, são os constantes na tabela inserida às fl. 1.785/1.795 dos autos.
- b. O valor estimativo do contrato é de **R\$ 6.597.739,79** (seis milhões quinhentos e noventa e sete mil setecentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos); de acordo com a demanda desta Pasta.
- c. Os valores dos itens registrados na Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 13/2015-Adm QGEx, que estão acima da tabela SINAPI REGIONAL, serão praticados de acordo com os valores constantes da Tabela SINAPI REGIONAL, relativa ao mês de execução do serviço ou do fornecimento do material.
- d. – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*


6

1





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Folha nº 1920  
Processo nº 431.001.156/2016  
Rubrica:   
Matrícula: 175835-7

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- a. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE por meio de medição ou após o adimplemento da obrigação e a sua aceitação, por meio de ordem bancária creditada em conta específica no BRB mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).
- b. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasura, em letra legível, em nome CONTRATANTE, informando o número da agência, conta bancária, o nome e número do banco e se a empresa é optante pelo SIMPLES nacional.
- c. Havendo erro na nota fiscal que impeça o pagamento da despesa, aquela será devolvida à licitante e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- d. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I - Unidades Orçamentárias: 25.101 e 25904;
- II - Programas de Trabalhos: 08244622841610001e 11244600223965370;
- III - Natureza da Despesa: 339039;
- IV - Fontes de Recursos: 358010330 e 100000000;

4.1.2 - Os empenhos iniciais são de R\$ 714.755,09 (setecentos e quatorze mil setecentos e cinquenta e cinco reais e nove centavos), conforme Notas de Empenhos nºs 2016NE00755 e 2016NE00515, emitida em 24/11/2016, na modalidade estimativo.

**CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE FORNECIMENTO**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

- a. O objeto deste Contrato dependerá da apresentação de Pedido e da respectiva Nota de Empenho (NE) pela CONTRATANTE (a CONTRATANTE ou alguma usuária da Ata para RP autorizada na forma da lei, seja como Participante ou como "Carona").

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

b. É vedado à adjudicatária subcontratar total ou parcialmente o Fornecimento.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA**

A CONTRATADA fica obrigada a atender todos os Pedidos efetuados durante a vigência deste Contrato.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA**

Para fins de segurança jurídica para ambas as Partes convém o Pedido ser apresentado à CONTRATADA juntamente com a Nota de Empenho, de modo que a solicitação esteja respaldada com a certeza do crédito empenhado.

**SUBCLÁUSULA QUARTA**

As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome e endereço da CONTRATANTE, sem erros, emendas ou rasuras, e com a discriminação do artigo de acordo com a Nota de Empenho e Termo de Adjudicação respectivo.

**SUBCLÁUSULA QUINTA**

O recebimento do objeto licitado estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, modelos e embalagens; observando-se o disposto no Art. 69 da Lei nº. 8.666/93.

**SUBCLÁUSULA SEXTA**

A CONTRATADA quando não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, fica sujeita também às sanções estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicada no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006 e Decreto nº 35.831/2014, de 19/09/2014 e suas alterações posteriores.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA**

A CONTRATANTE solicitante designará pessoa específica responsável pelo recebimento dos serviços.

**SUBCLÁUSULA OITAVA**

A Contratada se responsabilizará pelos empregados que contratar em virtude da execução do contrato, respondendo pelos encargos trabalhistas, previdenciários securitários e sociais.

**SUBCLÁUSULA NONA**


A CONTRATADA ficará obrigada a acatar, por ato unilateral da CONTRATANTE e nas mesmas condições a que se obrigou aos 100% dos itens, em suas quantidades máximas, constantes da sua Ata para Registro de Preço, os acréscimos e/ou supressões. Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

fb





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Folha nº 1921  
Processo nº 431.001.156/2016  
Rubrica:   
Matricula: 175835-7

necessários, relativos ao valor inicial, até o limite permitido em lei, conforme o art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS DE ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO**

O prazo para entrega dos serviços será de até 90 dias após recebimento da Nota de Empenho, ou do período que constar na ordem de serviço.

**CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

Os serviços entregues serão recebidos pela contratante, através do Fiscal devidamente nomeado pela CONTRATANTE.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

O contratante rejeitará, no todo ou em parte, mediante Termo de Rejeição, o que for fornecido/executado em desacordo com este contrato.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA**

A contratada ficará obrigada a refazer o serviço, às suas expensas, no prazo de 30 (trinta) dias, quando este vier a ser recusado por problemas qualitativos ou quantitativos, sendo que o recebimento provisório não importará sua aceitação definitiva.

**CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA TÉCNICA**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

O prazo de garantia técnica do objeto deste contrato é de no mínimo 12 (doze) meses, contado da data do recebimento definitivo, ficando a contratada obrigada a, durante tal prazo, refazer o serviço, às suas expensas, quando forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes do seu serviço.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA**

Constatada a falha ou defeito, o contratante notificará a contratada para sanar a deficiência apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA NONA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Será nomeado um servidor do contratante para fiscalizar o cumprimento do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

Os direitos e responsabilidades das Partes encontram-se descritos nas Leis e regulamentos vigentes, bem como nas cláusulas e subcláusulas do presente Termo de Contrato, sendo certo que caberá à CONTRATADA a execução adequada de sua obrigação de Fornecimento/execução do serviço, pelo que fará jus ao devido pagamento, e que competirá à CONTRATANTE, agindo com a potestade caracterizadora dos Contratos Administrativos e de suas atribuições previstas em lei, fiscalizar e exigir a execução da obrigação assumida pela CONTRATADA, podendo valer-se de instrumentos penalizadores, previstos em lei, para incentivar o cumprimento do objeto licitado ou para retribuir eventual inexecução.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA**

Durante o prazo de validade da Ata para RP e deste Contrato, não será obrigada a adquirir os itens homologados para a CONTRATADA exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à CONTRATADA, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à CONTRATADA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA**

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**


O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à  
Corrupção, no telefone 0800-6449060.*





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Folha nº 1922  
Processo nº 431.001.156/2016  
Rubrica:   
Matrícula: 175835-7

### 11.1 - Das Espécies

11.1.1 – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006 e Decreto nº 35.831/2014, de 19/09/2014:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,**  
**MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS**

que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.1.3 - As sanções de advertência e multa poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação do Ordenador de Despesas. Tais sanções serão consideradas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida e observado o princípio da proporcionalidade, consoante o previsto no §5º, inciso V, do art. 4º e Parágrafo único do art. 2º, do Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006.

11.1.4. Caso a empresa, sem justificativa, incorra em irregularidades e/ou infrações às cláusulas contratuais, ficará sujeita as sanções administrativas de advertência e/ou a multa compensatória correspondente ao grau de severidade, conforme tabela constante do Item XIX Das Penalidades do Termo de Referência.

## **11.2 - Da Advertência**

11.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

## **11.3 - Da Multa**

11.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:


I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Folha nº 1923  
Processo nº 431.001.156/2016  
Rubrica:   
Matrícula: 175835-7

parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

11.3.2 - A multa será formalizada por simples aposilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

11.3.3 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou equivalente, que será  
*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

11.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

10.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

11.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 11.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

11.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 11.3.1.

11.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 11.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

#### 11.4 - Da Suspensão

11.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;


II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Folha nº 1924  
Processo nº 431.003.156/2016  
Rubrica:   
Matrícula: 175835-7

ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;  
e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

11.4.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - A SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

11.4.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

11.4.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

### 11.5 - Da Declaração de Inidoneidade

11.5.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

11.5.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 10.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

11.5.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **11.6 - Das Demais Penalidades**

11.6.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 11.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 11.4.3 e 11.4.4.

11.6.2 - As sanções previstas nos subitens 11.4 e 11.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **11.7 - Do Direito de Defesa**

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.8 - Do Assentamento em Registros**

11.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

11.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

**11.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos**

11.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

**11.10 - Disposições Complementares**

11.10.1- As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.3 e 11.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

11.10.2 - Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DO CONTRATO:**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA**

Constituem motivos para a rescisão do presente contrato os previstos no art. 78 da Lei Nº 8.666/93.


**SUBCLÁUSULA TERCEIRA**

A rescisão contratual poderá ser unilateral, amigável ou judicial, de acordo com o art. 79 da Lei de Licitações.

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Folha nº 1925  
Processo nº 431.001.156/2016  
Rubrica:   
Matrícula: 175835-7

11.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

11.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

11.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

11.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

11.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.


11.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 11.2 e 11.3 deste capítulo de *Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*







GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Folia nº 1926  
Processo nº 431.001.156/2016  
Rubrica:   
Matrícula: 175835-7

#### **SUBCLÁUSULA QUARTA**

São direitos da Administração, quando ocorrer rescisão por ato unilateral da mesma, os informados no art. 80 da Lei Nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Qualquer alteração neste contrato será feita por termo aditivo e obedecerá à mesma formalidade deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL**

A CONTRATANTE e a CONTRATADA estão vinculadas aos termos do Edital do Pregão acima referido e das disposições do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VIGÊNCIA**

- a. Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses e entrará em vigor na data de sua assinatura e todos os prazos passarão a ser contados a partir desta data.
- b. O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, nos termos do 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

O extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme previsto no parágrafo único, art. 61 da Lei nº 8.666/93, bem como terá a súmula do contrato publicado no Portal da Transparência, a fim de conferir publicidade às contratações realizadas com o Poder Público, nos termos da Lei Distrital nº 5.575/15.

*Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*



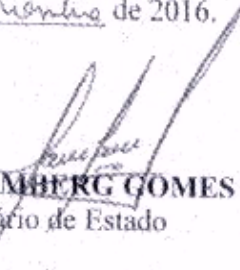
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

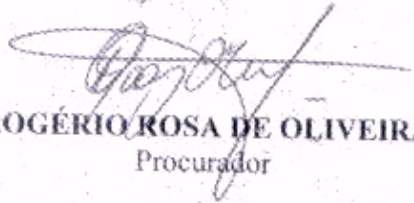
- a. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Nº 8.666/93, suas alterações, e demais normas aplicáveis.
- b. É, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 03 vias de igual teor, para um só efeito que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes contratantes, a cumprir o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições.

Brasília - DF, 24 de novembro de 2016.

Pela CONTRATANTE:

  
**ANTONIO GUTENBERG GOMES DE SOUZA**  
Secretário de Estado

Pela CONTRATADA:

  
**ROGÉRIO ROSA DE OLIVEIRA**  
Procurador

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à  
Corrupção, no telefone 0800-6449060.